

Relações de Gênero em Assentamentos Rurais - Vivências e Convivências Cotidianas de Homens e Mulheres

Área Temática de Direitos Humanos

Resumo

O projeto de Extensão Vivenciando as Relações de Gênero nos Assentamentos foi desenvolvido nos assentamentos Valdecy Santiago, Edvaldo Sebastião, Frei Damião, Santo Antonio, no município de Cajazeiras. Propondo-se desenvolver discussões acerca das relações de gênero, no âmbito da família e do trabalho nas comunidades assentadas, o projeto foi desenvolvido tendo por base dois eixos de ação: discussões políticas acerca das questões de gênero com a realização de debates, mesas redondas e utilização de multimeios, como vídeos, filmes, etc. e oficinas temáticas para a discussão e aprofundamento de questões como: dominação masculina, gênero e educação sexista, participação de homens e mulheres no mundo público e privado, relações de gênero e luta pela terra, entre outras. Diante da constatação de que as relações de gênero são vivenciadas de forma tradicional, revelando aspectos como a dominação masculina e a pouca visibilidade feminina nos espaços públicos e nas esferas de decisão a atividade de extensão possibilitou a construção de ações conjuntas, contribuindo para a vivência de novas relações sociais, causando impacto nas práticas cotidianas de homens e mulheres e favorecendo a reelaboração de novas relações, mediante a construção de novas práticas educativas nos assentamentos.

Autores

Maria Lucinete Fortunato, Doutora em História Social
Mariana Moreira Neto, Mestra em Sociologia
Raimundo Janifran Oliveira, aluno de História
Ana Elizabete Moreira de Farias, aluna de História

Instituição

Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

Palavras-chave: gênero; família; trabalho

Introdução e objetivo

Este trabalho resulta da experiência em extensão desenvolvida no Projeto *Vivenciando as relações de gênero nos assentamentos*, vinculado ao Programa de Bolsas de Extensão da Universidade Federal de Campina Grande e realizado de 01 de julho a 30 de dezembro de 2002 nos assentamentos São Francisco (Cachoeira dos Índios), Santo Antonio, Valdecy Santiago, Edvaldo Sebastião e Frei Damião (Cajazeiras) e Acauã (Aparecida), e 01 de maio de 2003 a 02 de janeiro de 2004, nos assentamentos de Santo Antonio, Valdecy Santiago, Edvaldo Sebastião e Frei Damião (Cajazeiras), envolvendo 256 famílias, conforme especificado no quadro abaixo:

Assentamento	Município	Nº de famílias	Área
Acauã	Aparecida	114	2.825 ha
Santo Antonio	Cajazeiras	32	662,02 ha
Valdecy Santiago	Cajazeiras	47	579 ha

Edvaldo Sebastião	Cajazeiras	20	487 ha
Frei Damião	Cajazeiras	22	393 há
São Francisco II	Cachoeira dos Índios	21	729 ha
TOTAL		256	5.635 ha

Dados: Comissão Pastoral da Terra – CPT-SERTÃO

As atividades de extensão desenvolveram-se na perspectiva de construir discussões referentes às relações de gênero, estimulando os debates sobre os papéis desempenhados por homens e mulheres na família e no mundo do trabalho. Essas discussões objetivaram contribuir para a vivência de novas relações sociais nos assentamentos, no intuito de continuar causando impacto nos assentados, transformando as práticas cotidianas de homens e mulheres. Neste sentido, as atividades foram planejadas e realizadas buscando construir a compreensão da vivência das relações de gênero nos assentamentos, envolvendo as Associações Comunitárias dos Assentamentos Rurais, a Central dos Assentamentos e entidades de apoio a luta pela terra na região, a exemplo da CPT (Comissão Pastoral da Terra)-SERTÃO, de forma que as relações de gênero fossem consideradas como ponto essencial da pauta de luta e de ação destas entidades e dos trabalhadores que as integram. As ações extensionistas foram orientadas na direção da construção de novas relações sociais nestas áreas através da discussão das formas como, historicamente, são instituídas as diferenças entre homens e mulheres, contribuindo, portanto, para que a ótica de gênero orientasse a elaboração de projetos e programas de desenvolvimento para os assentamentos, a exemplo dos Planos de Desenvolvimento Locais Sustentáveis – PDLS.

Portanto, a discussão sobre relações de gênero nos assentamentos se justificou como uma possibilidade para que homens e mulheres, em qualquer faixa etária começassem a elaborar uma nova compreensão de como se dão às relações de gênero e de como elas são socialmente instituídas.

Metodologia

O desenvolvimento das atividades de extensão deu-se a partir da utilização de múltiplos recursos metodológicos e seguiu dois eixos de ação. Por um lado, se fundamentou nas discussões políticas acerca das questões de gênero com a realização de debates, mesas redondas e utilização de multimeios, como vídeos, filmes, etc., para a construção de uma compreensão do que são relações de gênero e de como elas são construídas a partir das relações entre os homens e mulheres no curso da história. Por outro lado, foram desenvolvidas oficinas temáticas para a discussão e aprofundamento das relações de gênero, tais como: gênero e relações desiguais de poder, dominação masculina, gênero e educação sexista, participação de homens e mulheres no mundo público e privado, relações de gênero na luta pela terra, gênero e trabalho, gênero e saúde, entre outras. As atividades realizadas nos assentamentos, como as oficinas, seguiam sempre uma proposta de trabalho, como, por exemplo, quando se procurou discutir as relações sociais no cotidiano dos assentados, como explicitado a seguir:

I - Acolhida: realizada a partir da Dinâmica do barbante, com o objetivo de trabalhar o comportamento nas relações sociais e desenvolvida a partir do seguinte procedimento: a) formam-se duplas e distribui-se com cada pessoa um pedaço de barbante de aproximadamente 80 cm com nós móveis em cada ponta; b) um dos pares coloca os punhos em cada nó enquanto o outro coloca um dos punhos em um dos nós do seu barbante, passa a outra ponta por baixo do barbante de seu par e coloca o punho no nó da ponta que está solta; c) os pares ficarão presos; d) o desafio consiste em se soltarem um do outro sem desfazer os nós ou arrebentar o barbante.

Comentário: As relações sociais são uma via de duas mãos. A minha ação provoca/direciona/sugere a reação do outro, com quem me relaciono, autoritarismo/submissão. Quando há uma mudança na ação de um dos envolvidos há, automaticamente uma mudança na reação do outro. É como um efeito em cadeia. Eu só me liberto do outro a partir do momento em que possibilito que o outro se liberte de mim. O uso de outros recursos metodológico, como o vídeo, foi importante nas discussões sobre as relações de gênero. Neste sentido, foi exibido o curta metragem *Acorda Raimundo Acorda* que tem como enredo o sonho de Raimundo que passa a viver o papel desempenhado pela mulher e vice-versa. A trama revela muitas situações do cotidiano, nas quais mulheres e homens reproduzem comportamentos e ações que, cultural e socialmente, são consideradas “*naturais e inerentes às condições feminina e masculina*”. O filme motivou uma acalorada discussão sobre a construção dos papéis sexuais e sociais e de como estes são reproduzidos no cotidiano da família, da escola e do trabalho. Decidiu-se, então, pela utilização do referido vídeo nas atividades a serem desenvolvidas nos assentamentos, como um meio de captar como homens e mulheres conseguem apreender a constituição destes papéis e de como eles não são naturalizados, mas sim, construídos a partir das relações sociais.

Essas discussões se fundamentaram na compreensão de como a esfera do trabalho, por exemplo, influencia diretamente na concepção de família, principalmente após a Segunda Guerra Mundial quando a mulher é “forçada” a retornar ao lar, reassumindo as funções de esposa e mãe, ou seja, de responsável direta pela reprodução da família. Esse movimento implicou a construção de uma nova cultura.

Na compreensão de GIRARD “é de fundamental importância entender as lógicas e os valores que predominam nas esferas do trabalho, as identidades que estão sendo criadas. É através da compreensão desses elementos que podemos desvendar o social e os lugares que ocupamos neste” (GIRARD: 2002, p. 6). Para esta autora, os aspectos subjetivos do mundo do trabalho, que vêm sendo delimitados pelas empresas, não se restringem apenas às mulheres, implicam também na configuração das relações de gênero, uma vez que influenciam e regem o cotidiano. Neste sentido, as condições de trabalho e a discriminação das mulheres, sobretudo no que se refere aos baixos salários ampliam cada vez mais os abismos sociais entre os homens e as mulheres.

A análise de YANNOULAS reforça a compreensão de que o trabalho da mulher está diretamente relacionado à questão da “identidade feminina”, ou seja, às funções de reprodução. Culturalmente, o trabalho feminino tem sido considerado uma extensão da vida privada, do lar. Nessa perspectiva, “a atividade econômica das mulheres é descontínua, basicamente em razão dos momentos cruciais de seu ciclo vital, dos quais o mais relevante é a maternidade. Além disso, a presença ou ausência de um companheiro e filhos na unidade doméstica, e a residência urbana ou rural são fatores que exercem um efeito marcante sobre as possibilidades de inserção das mulheres nos mercados de trabalho” (YANNOULAS, 2002:16). Assim, as desigualdades sócio-econômicas são mais visíveis quando se analisa a posição ocupada por homens e mulheres na atividade agrícola. Segundo YANNOULAS, “em 1997, 20% da população feminina economicamente ativa concentrava-se em atividades agrícolas: 39% dentre elas eram trabalhadoras sem remuneração alguma, e 42% dentre elas eram trabalhadoras na produção para o próprio consumo, ou seja, 81% das mulheres envolvidas em atividades agrícolas não percebiam nenhum tipo de compensação financeira, sendo que o percentual de homens na mesma situação não atingia sequer 27%” (YANNOULAS, 2002:21).

Esta situação se reproduz nos assentamentos onde o projeto foi desenvolvido. Apesar da mobilização política que marcou a luta pela conquista da terra e das discussões que são, freqüentemente, realizadas, sobretudo pelas associações dos assentados e pela CPT-SERTÃO,

a presença e a participação feminina, por exemplo, no âmbito do trabalho ainda são insignificantes.

Resultados e discussão

As atividades realizadas com as comunidades revelaram como, por exemplo, a educação familiar e escolar reforça as distinções de papéis, lugares e espaços determinados pelas relações de gênero, confirmando o que enfatiza LOPES LOURO, para quem “a escola delimita espaços. Servindo-se de símbolos e códigos, ela afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui. Informa “lugar” dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas(...). Suas marcas, seus símbolos e arranjos arquitetônicos “fazem sentidos”, instituem múltiplos sentidos, constituem distintos sujeito”. (LOPES LOURO, 1997:58). Os desenhos produzidos por alunos de escolas dos assentamentos exemplificam essa questão. Ao retratar o seu cotidiano no assentamento, eles explicitam o que é tarefa de homem e tarefa de mulher. Nos desenhos as mães surgem arrumando a casa “*ajudada*” pelas irmãs. Enquanto as meninas brincam de boneca e de amarelinha com as amigas; - brincadeiras consideradas eminentemente femininas -, os homens são representados cuidando da criação de abelhas e do roçado e os meninos brincando de bola.

Este tipo de construção generizada da realidade, recorrente nos desenhos de alunos de todos os assentamentos, confirma que o espaço familiar constitui o primeiro momento da instituição das relações de gênero, reforçando a afirmação de FARIA e NOBRE, de que “a família é considerada o lugar de socialização das crianças, o lugar onde se criam e se educam. É na família que as crianças fazem seus primeiros aprendizados para a divisão sexual do trabalho e é nesse ambiente que elas adquirem grande parte da sua identidade de gênero, ou seja, é na família que a criança começa a aprender o que é “ser homem” e o que é “ser mulher”.

A compreensão de que a divisão de espaços e lugares masculinos e femininos é construída e instituída social e culturalmente” (FARIA; NOBRE, 1997:20). No tocante ao aspecto político, as discussões terminaram sendo mais fortes nas questões da sobrevivência da própria comunidade e das dificuldades enfrentadas pelos assentados, tais como: o financiamento de alguns projetos; os minguados recursos liberados pelo governo, através do INCRA, para a construção das casas e para os projetos de geração de renda, entre outros. Por outro lado, a compreensão sobre a distinção entre “trabalho de homem e trabalho de mulher”, na visão das comunidades, ainda é bastante visível. Para muitos, homens e mulheres, as mulheres podem até fazer o serviço da roça, mas é “*obrigação*” delas cuidar da casa e dos filhos. Os assentados reconheceram que algumas mulheres fazem trabalhos de agricultor, como brocar, limpar, arrancar touco, mas na maioria dos casos, este trabalho é desempenhado em uma situação de excepcionalidade, como a viuvez, a separação do marido, ou quando o pai tem apenas filhas mulheres e elas são levadas a trabalhar na roça para “*ajudar*”. A compreensão do trabalho feminino fora de casa, sobretudo, na agricultura, é sempre vista, como uma “*ajuda*”, descaracterizando qualquer compreensão do valor social deste trabalho, a exemplo do que também acontece com o trabalho doméstico, visto como inerente a “*condição feminina*”. Os homens também enfatizaram que o trabalho da agricultura era para os homens, por ser um “*serviço pesado*”, portanto, inadequado às condições físicas das mulheres. Eles encaravam com certa ironia a provocação de que poderiam realizar as tarefas das mulheres em casa, sobretudo, cuidar dos filhos, lavar, cozinhar, limpar a casa. Durante a realização de uma oficina sobre tarefas produtivas e reprodutivas na área rural e sobre o cotidiano da vida nos assentamentos, as condições de trabalho e as relações de gênero, as discussões se basearam sobretudo no fato de que o trabalho doméstico não é considerado uma tarefa produtiva. Segundo uma assentada, a mulher ao se assumir oficialmente apenas como dona de casa não

tem direito à aposentadoria, tem que depender do marido para se aposentar como agricultora, já que o trabalho de mulher na agricultura é visto como somente uma ajuda.

Nas discussões, um homem enfatizou que, o homem não é o único responsável por essa discriminação, embora tenha ressaltado a importância do trabalho da mulher tanto nas tarefas domésticas como nos trabalhos “pesados” (da roça). Retrucando esta compreensão uma assentada afirmou que, a mulher é sempre a “fraca” portanto dependente do marido “por não saber resolver nada”, mas que esta situação já teve alguns avanços, e que ainda pode melhorar, pois a mulher é capaz de fazer qualquer coisa, igualando-se ao homem ou superando-o. Este comentário gerou uma série de questionamentos que redundou na afirmação, por parte de um homem, de que o projeto visava desfavorecer os homens em detrimento das mulheres. Mais uma vez uma mulher entrevistou afirmando que o projeto tenta colocar as mulheres nas discussões para inseri-las para o progresso nos assentamentos, e que homens e mulheres podem trabalhar juntos para esse progresso.

Esta compreensão reforça o argumento de SCOTT (1990) que define as relações de gênero como relações de poder que se expressam nas normas, instituições, símbolos e subjetividades das pessoas, sendo as mulheres o pólo mais fraco desta relação de poder. As discussões desenvolvidas revelaram ainda elementos como o medo e a angústia como presentes no cotidiano de todos, na forma de controlador/dominado e autoritário/submisso.

Segundo os assentados, a falta de diálogo é uma das principais causas da desunião na comunidade, com estes sentimentos presentes também nas relações de gênero.

Os assentados ressaltaram a importância do “estar preso” como forma de controle da vida cotidiana de homens e mulheres, mostrando que esta prática de dominação não contribui para a desconstrução da submissão feminina. Segundo os assentados é preciso reconhecer que todos dependem de alguém e que, nas relações cotidianas, as relações de cumplicidade são mais importantes que as de dominação. Ao serem trabalhados aspectos como as relações de poder que permeiam o cotidiano de homens e mulheres nos assentamentos e de como elas instituem e perpassam as relações de gênero, as discussões revelaram como os assentados compreendem e vivenciam essas relações tendo como base às situações do dia-a-dia, a partir das tarefas produtivas e reprodutivas na área rural, o cotidiano da vida nos assentamentos, a relação entre dominação e submissão, as condições de trabalho e as relações de gênero.

Estas discussões buscavam fomentar o debate sobre a participação de homens e mulheres nas diversas esferas de poder e de decisão e de como a não participação feminina no mundo público está sedimentada na instituição social e cultural das diferenças entre os sexos, despontando a necessidade política do empoderamento feminino como forma de construção de novas relações de gênero. Neste sentido, afirma que, “no empoderamento, há o reconhecimento de que suas estratégias não serão implementadas sem o esforço sustentado e sistemático das organizações de mulheres e grupos similares que podem utilizar não apenas as mudanças legais, como também a mobilização política, a conscientização e a educação popular. Aqui, se reconhece o triplo papel das mulheres e busca-se, através das organizações de mulheres de baixo pra cima, conscientizar as mulheres para que desafiem a subordinação” (MOSER, 1999: 221).

Conclusões

As atividades desenvolvidas nos assentamentos, durante os dois anos de vigência do projeto, tiveram como um dos resultados mais visíveis uma maior participação feminina em atividades públicas até então desempenhadas majoritariamente pelos homens – a exemplo da reunião anual de avaliação da Comissão Pastoral da Terra – CPT/SERTÃO. Esta entidade considera, inclusive, que a discussão das questões de gênero tem sido imprescindível para a melhoria das relações humanas e sociais nas áreas aonde o projeto vem sendo desenvolvido.

Outro elemento de avaliação da importância do projeto pode ser referenciado nas discussões realizadas nos assentamentos acerca das relações de gênero e o mundo do trabalho, destacando-se, por exemplo, o processo de construção das casas de um dos assentamentos e de como homens e mulheres se inseriram neste processo.

A partir das questões colocadas uma assentada destacou que o seu esposo estava negando-se a construir a casa da família e que ela iria, mesmo sozinha, fazer isso, afirmando: “*eu faço, se eu observar eu faço do mesmo jeito*”. A partir desta posição, desenvolveu-se a discussão sobre o que era trabalho de homem e o que era trabalho de mulher, possibilitando a realização de uma avaliação de como as divisões sexual e social do trabalho, culturalmente instituídas, podem ser modificadas.

Por outro lado, ao fazer o levantamento das expectativas sobre as mudanças que ocorreram em suas vidas ao longo do processo de conquista da terra e de construção do assentamento, homens e mulheres, em todos os assentamentos, reconheceram que suas vidas tinham sofrido significativas mudanças. Uma mulher afirmou que enquanto era moradora era proibida pelo patrão de criar animais, como porcos, cabras e vacas. Atualmente, no assentamento, como proprietária do seu lote, tem uma criação de animais e, sempre em alguns momentos, sobretudo naqueles mais “*aperriados*”, vende uma criação e resolve os seus problemas. Depoimentos como este foram reprisados por outros assentados e outras assentadas. No entanto, eles ainda não têm uma clara consciência política da importância do movimento de organização da luta pela terra e de como o sucesso deste movimento depende da integração entre todos, exigindo, sobretudo, cooperação e exercício de liderança. Em suma, as atividades realizadas nos assentamentos permitiram a apreensão de como as relações de gênero se processam de maneira bastante complexa, sendo vivenciadas de forma “tradicional”, revelando aspectos como a dominação masculina e a pouca visibilidade feminina nos espaços públicos e nas esferas de decisão.

Essas constatações reforçam a relevância das discussões das relações de gênero, estimulando os debates sobre os papéis desempenhados por homens e mulheres na família e no mundo do trabalho e causando impacto nos assentados, através da transformação de práticas cotidianas e de uma nova compreensão de como se dão as relações entre homens e mulheres e de como elas são socialmente instituídas.

Por fim, o projeto de extensão *Vivenciando as relações de gênero nos assentamentos* situou-se na perspectiva de construção de ações conjuntas, somando elementos à proposição e objetivo fim da universidade, que é sua interação com a sociedade, na validação do princípio constitucional que determina a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Esta interação se amolda ao contexto de que a universidade enquanto instituição socialmente constituída e determinada tem, ao longo da história, refletido o quadro social de sua época e incorporado em suas linhas de ação e atuação as temáticas emanadas da sociedade onde ela encontra-se inserida.

Como nos lembra CHAUI (2001;35), “(...) a universidade é uma instituição social. Isto significa que ela realiza e exprime de modo determinado a sociedade de que é e faz parte. Não é uma realidade separada e sim uma expressão historicamente determinada de uma sociedade determinada”. Esta compreensão de universidade e da inserção das atividades e ações de extensão revela a importância das ações desenvolvidas e que podem ser mais bem auferidas nas avaliações dos próprios assentados que afirmaram ser o projeto um importante espaço para a discussão de questões que, no cotidiano, não são relevadas como necessárias à existência do assentamento e a mobilização e formação política dos seus moradores. Além das questões de gênero, os assentados apontaram outros temas que deveriam ser trabalhados, como políticas públicas, associativismo, direitos humanos, segurança alimentar e nutricional, agricultura familiar, reforma agrária.

Referências bibliográficas

CHAUI, Marilena de Souza. **Escritos sobre a Universidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

FARIA, Nalu. NOBRE, Miriam. **Gênero e desigualdade**. São Paulo: SOF, 1997.

GIRARD, Christiane F. N. **Dossiê: Globalização e Trabalho: perspectiva de gênero**. Brasília: CFEMEA, 2002.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1997.

MOSER, Caroline. Os diferentes enfoques em políticas para mulheres de baixa renda. In: PORTELA, Ana Paula; GOUVEIA, Taciana. **Idéias e Dinâmicas para trabalhar com gênero**. Recife: SOS Corpo, 1999. P. 213-221.

PORTELA, Ana Paula; GOUVEIA, Taciana. **Idéias e Dinâmicas para trabalhar com gênero**. Recife: SOS Corpo, 1999.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Sociedade, Porto Alegre, 16(2): 5-22, jul/dez, 1990.

YANNOULAS, Sílvia Cristina. **Dossiê: políticas públicas e relações de gênero no mercado de trabalho**. Brasília: CFEMEA; FIG/CIDA, 2002.